



## Estudo das Competências Digitais dos “Filhos da Guerra” de Angola, uma contribuição

### Study of the Digital Skills of the “Sons of War” of Angola, a contribution

**Davy's Enrique Espíndola Moreno**

Universidade de Aveiro

davy's.moreno@ua.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3805-6929>

**Carlos Oliveira**

Universidade de Aveiro

cmo@ua.pt

<https://orcid.org/0000-0002-7975-8193>

#### Resumo:

Angola só alcançou a paz no ano de 2002 após incessantes guerras civis. Guerras que foram estimuladas pelos conflitos de interesse gerados entre as superpotências da época, na denominada Guerra Fria. Como resultado, encontramos um Estado Angolano com dificuldades para abranger e educar a diversidade populacional. Os “Filhos da Guerra” (praças militares desmobilizadas) constituem uma fatia dessa população, rejeitada socialmente, pobre academicamente e sem conseguir desenvolver-se plenamente até aos dias de hoje. Este artigo nasce da necessidade de compreender a sua realidade, nomeadamente na sua relação com a utilização das Tecnologias. Neste trabalho utilizou-se uma metodologia quantitativa, de carácter hermenêutico, com fundamento etnográfico e natureza interpretativa. Procurou-se bibliografia relacionada com o tema através de uma revisão crítica da literatura e elaborou-se e aplicou-se um inquérito por questionário para identificar as Competências Digitais dos ex-militares desmobilizados. Os inquéritos mostraram, entre outros dados, uma idade avançada, uma reduzida formação académica, um escasso acesso à internet e a qualquer tipo de ferramenta digital (telemóvel, tablet e computador). Cruzando estes dados com estudos encontrados na revisão da literatura, podemos inferir que a promoção da Competência Digital, no âmbito da educação de adultos, pode contribuir para a aquisição de habilidades diferenciadas. A promoção da Competência Digital, como recurso facilitador, pode vir a contribuir positivamente para a reinserção social dos “Filhos da Guerra” na vida civil.

**Palavras-chave:** Competência Digital; Reinserção Social; Diversidade Cultural; Guerra Civil Angolana; Desmobilização.

#### Abstract:

Angola only reached peace in 2002 after incessant civil wars. Wars that were stimulated by conflicts of interest generated between the superpowers of the time, in the so-called Cold War.



As a result, we found an Angolan State with difficulties to cover and educate a diversity of peoples. The “Sons of War” (demobilized army soldiers) constitute a slice of that population, socially rejected, academically poor and unable to fully develop to this day. This article stems from the need to understand this reality, namely in its relation with the use of Technologies.

In this work, a quantitative and hermeneutic methodology was used, with an ethnographic basis and interpretative nature. Bibliography related to the topic was sought through a critical literature review and a questionnaire survey was developed and applied to identify the Digital Skills of demobilized ex-military personnel. The surveys showed, among other data, an advanced age, reduced academic training, scarce access to the internet and to any type of digital tool (mobile phone, tablet and computer).

Crossing these data with studies found in the literature review we can infer that the promotion of digital competence, in the context of adult education, can contribute to the acquisition of differentiated skills. The promotion of digital competence as a facilitating resource may contribute positively to the social reintegration of the “Sons of War” into civilian life.

**Keywords:** Digital Competence; Social Reinsertion; Cultural Diversity; Angolan Civil War; Demobilization.

### Resumen:

Angola solo alcanzó la paz en el año 2002 después de incesantes guerras civiles. Guerras que fueron estimuladas por conflictos de interés generados entre las superpotencias de la época en la llamada Guerra Fría. Como resultado, encontramos un Estado Angoleño con dificultades para llegar a todos y educar a la diversidad de la población. Los “Hijos de la Guerra” (militares desmovilizados) constituyen una porción de esa población, socialmente rechazada, académicamente pobre e incapaz de desarrollarse por completo hasta el día de hoy. Este artículo nace de la necesidad de comprender su realidad, específicamente, en su relación con el uso de las Tecnologías.

En este trabajo, se utilizó una metodología cuantitativa, de carácter hermenéutico, con una base etnográfica y naturaleza interpretativa. Se buscó bibliografía relacionada con el tema a través de una revisión crítica de la literatura y se desarrolló y aplicó un cuestionario para identificar las habilidades digitales del personal desmilitarizado. Las encuestas mostraron, entre otros datos, una edad avanzada, formación académica reducida, escaso acceso a Internet y a cualquier tipo de herramienta digital (teléfono móvil, tablet y computadora).

Al cruzar estos datos con los estudios encontrados en la revisión de la literatura, podemos inferir que la promoción de la competencia digital, en el contexto de la promoción de la educación para adultos, puede contribuir positivamente en la adquisición de habilidades diferenciadas. La promoción de la competencia digital como recurso facilitador puede contribuir positivamente a la reintegración social de los “Hijos de la guerra” en la vida civil.

**Palabras clave:** Competencia Digital; Reintegración Social; Diversidad Cultural; Guerra Civil Angoleña; Desmovilización.

## Introdução

Em setembro de 2015 as Nações Unidas definem uma agenda a cumprir para o ano 2030, com 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável das nações. Com estes objetivos pretende-se



criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o meio ambiente e combater as alterações climáticas (UNESCO, 2016, 2018).

Angola é um país rico em diversidade cultural localizado no sudoeste da África e que está constituído por descendentes de diversas populações provenientes da região dos Grandes Lagos (Redinha, 1962; Zau, 2002). Angola foi colonizada por Portugal até à sua autodeterminação no dia 11 de novembro de 1975. Viveu uma série de problemas derivados de lutas internas de acesso ao poder, proclamada em fortes combates que só terminou no dia 4 de abril de 2002, com as assinaturas dos acordos de paz entre as partes beligerantes (Agostinho, 2011; Meijer & Birmingham, 2004; Silva, 2013).

Uma vez alcançada a paz e devido à prevalência de um número elevado de militares ativos, procedeu-se à desmobilização dos soldados que participaram nestas guerras (Agostino, 2018; Grilo, 2009; Kissaca, 2017; Paredes, 2015; Pires, 2017; Tiburcio, 2009). Atualmente, os inúmeros ex-militares angolanos são uma população adulta, com famílias para sustentar, com baixas habilitações académicas e não beneficiando de qualquer tipo de subsídio social (Bogle, 2001; Ngaba, 2012; Paredes, 2015; Silva, 2013; Zau, 2002, 2009a).

Numa era marcada pelo crescimento exponencial das tecnologias em todos os setores da sociedade, é totalmente pertinente pretender desenvolver ações para que os cidadãos adquiram o conhecimento necessário para o seu desenvolvimento. Uma das formas será através da utilização das tecnologias, dado que a promoção da Competência Digital constitui uma forma comprovada de facilitar a integração das populações na sociedade (Castells, 2006; Lucas & Moreira, 2018; Veytizou et al., 2013).

O presente artigo surge assim com a finalidade de compreender a perspetiva dos “Filhos da Guerra” quanto à utilização das tecnologias. Constitui-se como uma primeira abordagem ao estudo das Competências Digitais deste grupo da população angolana, com o intuito de perceber a sua realidade.

## Contextualização Histórica

A grande diversidade cultural que caracteriza Angola provém dos povos da região dos Grandes Lagos, sendo estes maioritariamente Bantu. “...[E]m Angola existem, pelo menos, onze grupos étnicos, totalizando aproximadamente 93 etnias, para não fazer referência a certas minorias que constituem verdadeiras ilhas culturais (pág. 4 Lima, 1988)...”. Entre os povos da Região dos Grandes Lagos, destacam-se os grupos Bakongos e Kimbundus, que ficam a norte, os povos Tchokues, que ficam a leste, os povos Umbundos, que ficam no centro, e os povos Cuanhamas, Nhanekas e Nganguelas, que se encontram a sul (Aqualusa, 2004; Fernandes & Ntondo, 2002; Silva, 2013). Além destes povos, existem ainda os povos Boximanes/Khoisan, que são povos nómadas que habitam o Sul de África e que também incorporaram os seus costumes para o enriquecimento da diversidade cultural angolana, entre outras populações diversas que se entrecruzam nesta riqueza sociocultural que caracteriza os povos africanos (Aqualusa, 2004; Fernandes & Ntondo, 2002; Lima, 1988; Silva, 2013; Zau, 2002).



Contudo, de modo semelhante a outros países africanos que foram colonizados pelos países dominantes da Europa, mais especificamente países africanos que foram submetidos arbitrariamente ao poder e decisão de uma metrópole, liquidando qualquer forma de autonomia local, roubando, explorando, enquadrando, guerreando, esmagando, dominando além de outras crueldades (Agostinho, 2011; Agualusa, 2004; Bogle, 2001; Meijer, 2004; Meijer & Birmingham, 2004; Paredes, 2015), Angola foi submetida ao domínio colonial português até à sua autodeterminação no ano de 1975. Devido a este processo de colonização, os diferentes povos que formaram Angola encontravam-se unidos geograficamente e, ao mesmo tempo, separados devido a diferenças ideológicas e culturais (Agualusa, 2004; Silva, 2013). Portanto, é a riquíssima diversidade sociocultural dos povos da região, além da diversidade e da adversidade que trouxe a ocupação colonial, que molda o Estado Angolano (Agualusa, 2004; Bogle, 2001; Paredes, 2015; Zau, 2002).

De facto, o estadista nacionalista português, António de Oliveira Salazar, depois da II Guerra Mundial, foi apoiado por forças políticas antagónicas, potenciadas pelo conflito entre as superpotências (EUA e URSS) na denominada Guerra Fria (Meijer, 2004; Meijer & Birmingham, 2004), para se manter no poder como Presidente do Conselho de Ministros do Governo Ditatorial do Estado Novo (1933 – 1968). Foi assim que entre os anos de 1961 e 1974 se produz o confronto entre as Forças Armadas Portuguesas e as Forças Organizadas pelos movimentos de libertação das colónias, na denominada Guerra Colonial, Guerra do Ultramar (designação oficial portuguesa), Luta contra o Regime Colonial, Luta de Libertação Nacional ou Guerra de Libertação (Agualusa, 2004; Paredes, 2015). Considerando a frequência com que aparece nas referências bibliográficas e sendo a designação mais utilizada pelos movimentos de libertação africana, como o nosso artigo refere diretamente sobre Angola, para o nosso estudo utilizaremos o termo “Guerra de Libertação”, por ser o termo com maior aceitação pelos diferentes autores angolanos.

A Guerra de Libertação foi apoiada pelos EUA, pela França, pela Inglaterra e pela República Federal Alemã, que venderam o material de guerra excedente das guerras mundiais e colaboraram a vários níveis para o desenvolvimento do conflito (Agostinho, 2011; Bogle, 2001). O grande medo que existia nesse momento da história era a expansão do comunismo. Todos esses países, em especial os EUA, receavam que o Estadista Português António Salazar fosse substituído por um Governo Comunista, assim como receavam que o poder soviético viesse a dominar Angola. Por isso, os países ocidentais decidiram apoiar movimentos de libertação de diferentes formas, de modo a virem a obter vantagens políticas e económicas desta natureza neocolonial (Agostinho, 2011; Paredes, 2015).

Apesar de ser um motivo de perpetuação do Regime do Estado Novo, a Guerra de Libertação tornou-se impopular na sociedade portuguesa, devido à sua excessiva duração e altos custos humanos e de manutenção. Isto, agravado pelas dificuldades nas relações diplomáticas com outros membros das Nações Unidas, constituiu um dos motivos que desencadeou em Portugal, no dia 25 de abril de 1974, a Revolução dos Cravos, derrubando o Regime do Estado Novo. Devido a isso, acabou-se a Guerra de Libertação dando passo à Independência Angolana do Imperialismo Português no dia 11 de novembro de 1975 (Meijer, 2004; Meijer & Birmingham, 2004; Paredes, 2015).

A partir deste momento, iniciou-se uma era de conflitos para acesso ao poder. A discórdia entre as diferentes partes deu origem a três movimentos de luta de libertação nacional que controlavam as estruturas partidárias em formação e que, em boa verdade, ainda não eram



partidos políticos no sentido clássico do termo como representação de interesses (Agostinho, 2011, 2018; Agualusa, 2004; Bogle, 2001; Meijer, 2004; Meijer & Birmingham, 2004; Kissaca, 2017; Paredes, 2015). Estes movimentos foram: (i) a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), localizada no norte do país e apoiada pelo Congo Democrático e pela China; (ii) a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), localizada no sul de Angola e apoiada pelas Forças Armadas Sul Africanas e pelos EUA, as quais proclamavam a sua independência total do resto da nação; e (iii) o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), situado em Luanda, que foi apoiado pelas Tropas Cubanas e pela URSS (Agualusa, 2004; Meijer, 2004; Meijer & Birmingham, 2004). Com o decorrer do conflito e ao longo das diversas batalhas entre estas três Forças Políticas dos Teatros de Guerra, no ano de 1989, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), é assinado o acordo de independência da Namíbia, com a condição de retirada das tropas sul africanas da Namíbia e das cubanas de Angola (Meijer, 2004; Meijer & Birmingham, 2004; Paredes, 2015).

Entretanto, a FNLA foi desmantelada e as forças da UNITA e do MPLA tornaram-se cada vez mais fortes, transformando este acordo de paz numa guerra mais feroz e letal, com apoios externos não declarados (Agostinho, 2011, Agualusa, 2004; Bogle, 2001; Meijer, 2004; Meijer & Birmingham, 2004; Paredes, 2015). Porém, em maio de 1991 chega-se ao acordo de paz, com a Assinatura dos Beligerantes, que culminou em setembro de 1992 com o Fim da Guerra e a Organização de Eleições Multipartidárias (Agostinho, 2011).

Esse foi o primeiro momento de paz alcançado, no qual alguns círculos consideram o primeiro calar das armas em Angola, desde a sua Independência no ano de 1975. As Frentes Políticas dos Teatros de Guerra dos dois partidos foram unificadas numa única Força Armada, com um número de efetivos militares muito reduzido comparativamente ao número total existente em ambas as partes. Deste modo, em nome da Paz, selecionaram-se os indivíduos mais aptos, que iriam permanecer nas Forças Armadas, sendo os restantes desmobilizados de forma arbitrária e autoritária (Agostinho, 2011, Agualusa, 2004; Bogle, 2001; Kissaca, 2017; Meijer, 2004; Meijer & Birmingham, 2004; Paredes, 2015).

Em 1992 a UNITA perde as Eleições Multipartidárias, decidindo voltar para as matas e recomeçar a Guerra. No fundo, isto acontece porque esta guerra, que já tinha durado tantos anos, nunca acabou completamente com os acordos de paz. Estes “acordos de paz” alimentam o início de outras guerras e ressentimentos que atravessam gerações e fazem com que as populações que vivem estes conflitos estejam numa constante situação de precariedade e abandono. Estes grupos encontram-se nesta nova guerra civil, separados por diferenças ideológicas irreconciliáveis, conduzindo, na procura pela paz, a assumirem dois lados antagónicos: o MPLA, por um lado e a FNLA/UNITA, por outro (Agostinho, 2011; Agualusa, 2004; Meijer & Birmingham, 2004; Silva, 2013; Tibúrcio, 2009; Zau, 2002).

De facto, como o número de efetivos militares do governo foi desmobilizado de forma arbitrária e reduzido no ano de 1991, todos os que fizeram parte das antigas Frentes Políticas dos Teatros de Guerra regressaram e incorporaram-se novamente nas Forças Armadas. Esta nova guerra civil estendeu-se até ao dia 4 de abril de 2002, com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, e concomitantemente com as assinaturas dos acordos de paz entre as partes belige-



rantes, acordo que prevalece até aos dias de hoje (Agostinho, 2011; Agualusa, 2004; Meijer & Birmingham, 2004; Paredes, 2015; Silva, 2013). No entanto, o Governo Angolano encontrou-se novamente com um número muito acima do previsto de militares ativos, situação que originou uma nova desmobilização (Agostinho, 2011; Kissaca, 2017), sendo uma amostra deste corpo de desmobilizados o alvo do nosso estudo.

Se pensarmos como foram feitas as incorporações dos militares nestas consecutivas guerras, verificamos que eram incorporados todos os indivíduos pela lei do serviço militar obrigatório e, além disso, em rusgas, eram raptados todos aqueles que fugissem, incluindo as crianças que possuíssem condições físicas suficientes para manusear uma arma. Esta situação verificou-se em todas as Frentes Políticas dos Teatros de Guerra já mencionados (Agualusa, 2004; Bogle, 2001).

Das diferentes guerras que tiveram lugar em Angola, as crianças que até essa data participaram ativamente como soldados de guerra, perdendo a possibilidade de adquirir competências nas mais variadas áreas durante sua juventude. Neste momento, encontram-se na idade adulta, acima dos 50 anos, sem formação académica e à mercê do sistema de mercado, procurando atividades para se ocuparem, porém sem as competências necessárias para tal (Agostinho, 2011, Agualusa, 2004; Kissaca, 2017; Meijer & Birmingham, 2004). Os soldados “Filhos da Guerra” angolana existem como uma população rejeitada socialmente e pobre academicamente, sem acesso a recursos nem a apoios sociais e, portanto, sem possibilidade de se desenvolver até aos dias de hoje, sendo considerados inúteis para a sociedade (Agostinho, 2011, Agualusa, 2004; Bogle, 2001; Paredes, 2015). De facto, estes ex-soldados (Praças) que não recebem benefício algum na idade adulta, possuem dívidas económicas e problemas sociais, apresentam sequelas físicas e psicológicas e, em muitos casos, são rejeitados pelas suas próprias famílias e pela sociedade em geral (Ngaba, 2012; Paredes, 2015; Zau, 2002, 2009). Contrariamente, os Oficiais que foram desmobilizados são reconhecidos socialmente e chegam a beneficiar de uma remuneração da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas – CSSFA (Comerford, 2005).

## Contextualização teórica

Os princípios teóricos previstos nas diretrizes da Agenda 2030 das Nações Unidas, que foram instituídas para o desenvolvimento sustentável das nações (Unesco, 2018), incluem 17 objetivos fundamentais. Com estes objetivos pretende-se criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o meio ambiente e combater as alterações climáticas (UNESCO, 2018). Deste modo pretende-se garantir a inclusão e a equidade na qualidade da educação ao longo da vida, com oportunidades de aprendizagem para todos (Unesco, 2016).

De facto, estudando de forma mais detalhada os 17 objetivos desta Agenda, consideramos que existiam alguns deles que podem servir como catalisadores para o desenvolvimento do nosso trabalho. Estes são: objetivo 1 - erradicar a pobreza; objetivo 4 - procurar uma educação de qualidade; objetivo 8 - um trabalho digno e um crescimento económico sustentável; objetivo 10 - trabalhar para reduzir as desigualdades; e objetivo 16 - a busca pela paz, a justiça e as



instituições eficazes. Isto é, procurar alcançar uma comunidade global sustentável, apoiada no bem-estar económico, social e ambiental, de forma equilibrada e integrada (UNESCO, 2016, 2018).

Pensando na possibilidade de colaborar com a resposta que o Governo de Angola deve dar à Agenda 2030 das Nações Unidas, quisemos contribuir com este estudo para a reinserção social dos “Filhos da Guerra”, população que, como já descrevemos, existe enquanto grupo de seres humanos em idade adulta, rejeitados socialmente, sem formação académica e à mercê do sistema de mercado. Na nossa pesquisa, deparámo-nos com a importância dada ao desenvolvimento da Competência Digital no potenciar do desenvolvimento social das populações.

A literacia digital é considerada uma competência vital nos dias de hoje, sendo que a mesma está integrada nas orientações da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) como uma das competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida (Patrício & Osório, 2016). No caso da Europa, têm sido colocadas em marcha, nas últimas décadas, várias políticas que procuram promover a inclusão social e a Competência Digital dos indivíduos. O Quadro Europeu Comum de Referência para a Competência Digital (Lucas & Moreira, 2017, 2018) serve de exemplo, uma vez que constitui um apoio aos decisores políticos e às autoridades educativas relativamente à avaliação das Competências Digitais dos indivíduos nos vários países europeus (Lucas & Moreira, 2017, 2018).

São numerosas as competências intelectuais que podem ser potenciadas através da promoção da Competência Digital (Lucas & Moreira, 2018). Hoje em dia é inquestionável a presença das tecnologias na vida quotidiana dos cidadãos nos mais diversos contextos (profissional, educativo, lazer, etc.). Assim, a rápida evolução tecnológica pressupõe o aumento da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). De acordo com Ponte (2000), as TIC são ferramentas fundamentais para aceder à informação, para transformar e criar conteúdos e para comunicar, constituindo, assim, uma nova forma de interação social. Neste sentido, podemos dizer que a ausência ou a falta de desenvolvimento da Competência Digital no indivíduo é considerada uma barreira ao seu desenvolvimento, assim como à sua participação plena na sociedade (Castells, 2006; Lucas & Moreira, 2017, 2018). Deste modo, o conceito de Competência Digital pode ser definido como:

*“...Digital Literacy is the awareness, attitude and ability of individuals to appropriately use digital tools and facilities to identify, access, manage, integrate, evaluate, analyse and synthesize digital resources, construct new knowledge, create media expressions, and communicate with others, in the context of specific life situations, in order to enable constructive social action; and to reflect upon this process...”* (Martin, 2006, p. 155)

Ainda assim, o autor diz-nos que existe uma diferença entre a Competência Digital e a competência em TIC. Enquanto que as TIC assentam em conhecimentos básicos de informática, a Competência Digital possui uma dimensão mais abrangente, como iremos ver à frente.

*“A Competência Digital foi recentemente definida como o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, capacidades, e estratégias necessárias para usar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e os meios de comunicação digitais para executar tarefas, resolver problemas,*



*comunicar, gerir informações, colaborar, criar e partilhar conteúdo, e construir conhecimento de forma eficaz, eficiente, adequada, crítica, criativa, autónoma, flexível, ética e reflexiva, para o trabalho, o lazer, a participação, a aprendizagem e a socialização (Ferrari, 2012; Lucas et al., 2017)”*

As cinco áreas de competência apresentadas neste documento, são consideradas necessárias à integração dos cidadãos na sociedade e possuem oito níveis de proficiência que podem ir desde o nível Utilizador Básico (1-2) ao Altamente Especializado (7-8). Assim, destacamos as seguintes áreas de competência: 1) Literacia de informação e dados (navegação, procura de informação e avaliação de conteúdos digitais); 2) Comunicação e colaboração (interação, partilha e envolvimento na cidadania através das tecnologias digitais); 3) Criação de conteúdo digital (desenvolvimento, transformação e criação de conteúdos, nomeadamente de textos, imagens, vídeos, etc. Saber aplicar direitos de autor e licenças); 4) Segurança (proteção de ferramentas, de dados pessoais, da saúde e do meio ambiente); e por fim, 5) Resolução de problemas (criar soluções para resolver problemas, integrar conhecimentos que contribuam para a prática, utilizar as tecnologias de forma criativa) (Ferrari, 2012; Lucas & Moreira, 2017, 2018; Lucas et al., 2017).

O desenvolvimento da Competência Digital pode ser fundamental para que o indivíduo se insira de forma ativa na sociedade do Século XXI, nomeadamente a nível de aprendizagem, empregabilidade e lazer. Vários estudos por nós encontrados evidenciam, de facto, a importância do desenvolvimento da Competência Digital na integração de grupos sociais diferenciados na sociedade. Exemplificamos primeiramente com um estudo efetuado na Rússia, onde foi criada uma escola para idosos e, entre as várias opções educativas, foram fornecidas aulas de informática, tendo-se verificado que a aquisição de competências digitais favoreceu a integração do grupo de idosos na vida ativa, através do lazer (Дмитриева, 2018). Na China, procurou-se promover a Competência Digital através da utilização das redes sociais em grupos desprivilegiados de mulheres, trabalhadoras nas zonas rurais deste país. O estudo revelou que o desenvolvimento da Competência Digital pode contribuir para a integração de grupos sociais desprivilegiados em igualdade na sociedade (Yin, 2018). Já no estudo efetuado na Escócia, foi investigado o papel das TIC na coesão social em duas comunidades rurais, tendo-se verificado que as tecnologias digitais constituem parte integrante das relações sociais (Wallace et al., 2017). Para terminar, na Nova Zelândia procurou-se trabalhar a inclusão de refugiados recém-instalados através das TIC, nomeadamente a nível da sua participação e compreensão da sociedade, na comunicação e na expressão da sua identidade cultural. Este estudo demonstrou que, através das tecnologias digitais, foi possível assegurar o bem-estar deste grupo, ajudando-o a inserir-se na nova sociedade (Andrade & Doolin, 2016).

Durante a nossa revisão bibliográfica, também analisámos um artigo inerente ao 38.º Congresso Internacional da Association for Information Systems (AIS), efetuado no fim do ano de 2017. A AIS é uma associação que procura servir a sociedade, em vários pontos do mundo, através da promoção de conhecimento, práticas e estudos sobre sistemas de informação. Nesta conferência foram debatidas questões ligadas à inclusão social e à importância de um trabalho contínuo na área das Competências Digitais nos países em desenvolvimento (Coleman et al., 2017).

Dada a importância destas temáticas e partindo destes pressupostos, passámos a definir os objetivos do nosso estudo.



## Objetivos

Segundo a Resolução n.º 10/96 de 23 de agosto, considera-se que os oficiais desmobilizados passam à condição de reformados, beneficiando da sua remuneração a partir da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas. Já os sargentos e praças são remetidos à condição de disponibilidade, com benefício de um subsídio equivalente a seis meses de salário. Além disso, os sargentos e praças beneficiam junto do Instituto de Reinserção Social de Ex-Militares (IRSEM) de um conjunto de formação de acordo com as suas aptidões para a inserção no mercado de trabalho, como vem exposto na Resolução acima descrita. No entanto, nunca foi possível colocar esta iniciativa em prática, devido a problemas conjunturais. Isso teve como consequência a existência de um grupo da população – “Filhos da Guerra” – que se encontra sem formação qualificada.

O Inquérito por Questionário teve como objetivo fazer um levantamento no que respeita à formação, idade e competências digitais dos “Filhos da Guerra”, ou seja, dos ex-militares soldados (praças) desmobilizados. Desejámos saber qual é a sua relação com a utilização das tecnologias. Mais especificamente, saber se os “Filhos da Guerra” conhecem e/ou utilizam as tecnologias (telemóvel, computador, tablet) e a internet, usuais entre utilizadores neste nosso Século XXI. Isto porque sabemos que as competências digitais constituem uma mais valia para melhorar as expectativas de trabalho, melhorar a qualidade de vida e consequentemente contribuir para uma plena inserção social (Ferrari, 2012; Lucas & Moreira, 2017, 2018; Lucas et al., 2017).

Assim, pretendemos neste pequeno estudo, ser um contributo para compreender e tornar visível algumas das condições reais em que se encontram os “Filhos da Guerra”, no sentido de evidenciar algumas das problemáticas que este grupo da população possui.

Em seguida, explicitaremos os aspetos metodológicos ligados à sua concretização.

## Metodologia

Para a elaboração do presente trabalho utilizou-se uma metodologia de carácter quantitativo com o intuito de descrever e verificar uma situação específica (Coutinho, 2018). No entanto, na análise dos resultados fizemos uma referência de carácter fenomenológico e hermenêutico (palavra de origem grega que significa a arte ou técnica de interpretar e explicar textos ou discursos), uma vez que a situação dos “Filhos da Guerra” é o resultado de acontecimentos que se manifestam através do tempo-espaço e de como estes aspetos são percebidos no mundo (Turcato et al., & Baggio, 2019). Além disso, assume um carácter com fundamentos etnográficos, devido ao facto de estudar um grupo específico da população com uma cultura própria que abrange a manifestação das suas atividades e que incluem a língua, a origem, a religião e os hábitos, entre outros (Amado, 2017; Coutinho, 2018).

Para iniciar este trabalho, procurou-se, numa primeira fase, informações que nos esclarecessem sobre como as Forças Armadas de vários países agiram em relação aos militares desmobilizados. Contudo, verificámos que esse tipo de informação é de carácter bastante reservado, pelo que não nos foi possível aceder à mesma. Por outro lado, e para evitar comparações entre os modos de atuação das Forças Armadas de vários países, optou-se por procurar estudos que



abordassem a integração social de grupos diferenciados, através do desenvolvimento da Competência Digital, de modo a sustentar o estudo.

A pesquisa bibliográfica foi elaborada através das palavras-chave em inglês “ICT” (Information and Communication Technology) e “Social Inclusion”), tendo em conta a dificuldade de localização de artigos com os mesmos termos em português. Os motores de busca utilizados foram a *b-on*, *Google Scholar*, *Scopus*, *Elsevier* e *Scielo*. Começou-se por procurar informação sobre o tema primeiramente nos últimos 10 anos e, logo a seguir, nos últimos cinco anos, mas percebeu-se que era demasiada literatura a analisar, a maioria desatualizada e, portanto, difícil de contextualizar, uma vez que as tecnologias digitais estão em constante evolução. Deste modo, procurou-se selecionar informação inerente aos últimos três anos, entre 2016 e 2018. Assim, foram selecionados quatro trabalhos desenvolvidos em diferentes países: Rússia, China, Escócia e Nova Zelândia. Estes trabalhos têm a particularidade de abordar diferentes estratégias para incluir diversos grupos sociais através do desenvolvimento da Competência Digital, e também ajudaram a estabelecer um quadro conceptual, tal como relatámos anteriormente.

Para dar resposta à questão e considerando a pesquisa bibliográfica, trabalhou-se com um inquérito por questionário fechado em Angola. Este Inquérito por questionário foi criado, analisado e revisto com o apoio da técnica em informática, residente no Brasil, Sara Jorge Correa<sup>1</sup>, que além de Técnica é Bacharel em Administração e MBA em Gestão da Inovação na Comunicação Digital com ênfase em Marketing, Entretenimento e Economia Criativa. O inquérito foi também validado por António Moreira<sup>2</sup>, Professor Associado e Diretor do Programa Doutoral em Multimédia em Educação do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro em Portugal.

Na seleção da amostra (Gráfico 1), foram considerados os registos controlados e entregues pela Direção Principal de Pessoal e Quadros do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas (DPPQEMGFAA).

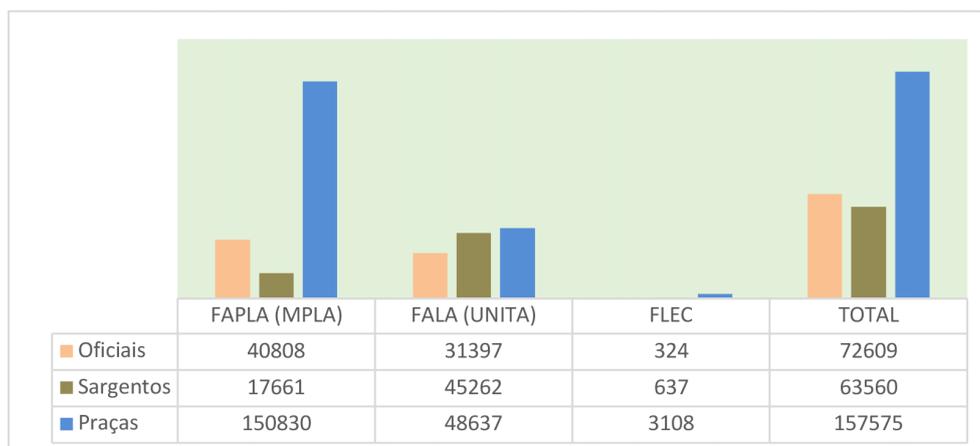


Gráfico1 – Amostra proporcionada pela DPPQEMGFAA

<sup>1</sup> <https://www.saracorrea.pro>

<sup>2</sup> <https://orcid.org/0000-0003-0040-2811>



No momento da aplicação do Inquérito (ano 2018), existiam no país 293.744 efetivos militares desmobilizados (Gráfico1), que se encontravam distribuídos da seguinte forma:

- Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA): 40.808 Oficiais; 7661 Sargentos; 105.830 Praças (soldados);
- Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA): 31.397 Oficiais; 45.262 Sargentos; 48.637 Praças (soldados);
- Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC): 324 Oficiais; 637 Sargentos; 3.108 Praças (soldados);
- Números totais: 72.609 Oficiais; 63.560 Sargentos; 157.575 Praças (soldados).

Partindo dos números já indicados no Gráfico 1, foi selecionada uma amostra de soldados desmobilizados (praças), considerando as províncias de Benguela e Huila. Foram inquiridos todos os sujeitos deste grupo que se conseguiram localizar.

Sua aplicação foi coordenada por Carlos Oliveira, militar no ativo, oficial das Forças Armadas Angolanas, entre os meses de março e maio do ano de 2018.

O inquérito por questionário foi aplicado presencialmente nas suas residências, no meio do mato, à referida amostra, constituída por 3.000 Praças (ex-militares desmobilizados), tendo sido devolvidos, devidamente preenchidos e considerados válidos, 2993 questionários, o que equivale, aproximadamente, a 2% da população do total de militares desmobilizados no país.

Importa salientar que durante a aplicação do inquérito por questionário no terreno, obteve-se a informação que muitos dos ex-militares angolanos não sabiam ler. Deste modo, o processo de resposta ao inquérito foi facilitado por meio dos dirigentes das associações locais. Estes colocaram à disposição pessoas que ajudassem os militares desmobilizados na compreensão e no preenchimento do inquérito sem influenciar as suas respostas, uma vez que não bastava saberem ler, também era necessário compreender determinados termos inscritos no instrumento de recolha de dados.

Os inquéritos por questionário já respondidos chegaram através do militar no ativo Carlos Oliveira ao Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro, para análise, no mês de junho de 2018. O conteúdo da informação compilada através destes questionários, foi revista pela DPPQEMGFAA. Devemos salientar que para este estudo, foi sujeita a análise apenas a informação devidamente autorizada para o efeito. Depois de coletados os dados autorizados, os referidos questionários retornaram a Angola no mês de novembro do mesmo ano, pela mão do militar Carlos Oliveira e foram arquivados posteriormente pela mesma DPPQEMGFAA.

A informação coletada foi sujeita a tratamento estatístico (Spiegel, 2009) através de uma análise exploratória e descritiva dos dados. Foi contabilizada a frequência das respostas para cada pergunta, uma vez que se tratava de perguntas fechadas. Estas frequências foram analisadas utilizando o software Excel, e sujeitas a tratamentos estatísticos através do Software InfoStat (Balzarini, et al., & Robledo, 2008).

Foram analisadas significâncias das diferenças entre as medias em função da idade e do nível de escolaridade, através da análise da Variância não Paramétrica com a prova Kruskal Wallis. Nesta análise a validação dos procedimentos estatísticos foi realizada por

Angel Cepeda Sarmiento<sup>3</sup>, residente no Chile, Engenheiro Informático e Analista de Dados Estatísticos (SQL-Power By-Python).

Em seguida passaremos a explicitar os resultados encontrados nestas análises.

## Resultados

Passamos a apresentar as questões e os resultados obtidos na aplicação dos questionários aos 2993 militares (praças) desmobilizados que constituem a nossa amostra.

### Questão Nº 1: Qual é a sua idade?

Para responder a esta questão passaremos a analisar o total da frequência dos dados obtidos em função da idade (ver Tabela 1).

Grupos por Idade	Limite Inferior	Limite Superior	Média	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Somatório da Frequência Absoluta	Somatório da Frequência Relativa
1	28	31	30,90	60	0,02	60	0,02
2	32	35	33,70	80	0,03	140	0,05
3	36	38	37,50	150	0,05	290	0,1
4	39	42	41,30	140	0,05	430	0,14
5	43	46	45,10	200	0,07	630	0,21
6	47	50	48,90	121	0,04	751	<b>0,25</b>
7	51	54	52,70	1018	<b>0,34</b>	1769	0,59
8	55	57	56,50	719	0,24	2488	0,83
9	58	61	60,30	357	0,12	2845	0,95
10	62	66	64,10	148	0,05	2993	1

Tabela 1 – Frequência em função da Idade

A análise estatística dos dados agrupou os entrevistados em função da idade considerando intervalos correspondentes a dez grupos (ver tabela 1). Podemos observar que o grupo com maior frequência absoluta e frequência relativa, corresponde ao intervalo entre os 51-54 anos de idade (respetivamente limite interior e limite superior) seguido pelo intervalo entre os 55-57 anos de idade. Ou seja, a maior parte dos inquiridos possui entre 51 e 57 anos (ver gráfico 2), o que no total perfaz 1737 indivíduos (ver gráfico 2, 1018 + 719). Apesar disso, **não se verifica uma diferença significativa**, em função da idade, entre os vários grupos considerados.

<sup>3</sup> <https://www.linkedin.com/in/angel-cepeda-sarmiento-378a423a/>

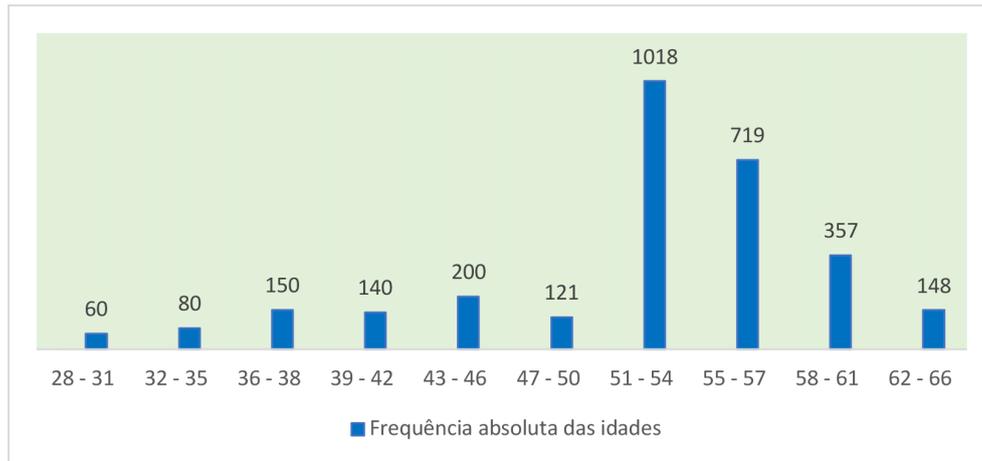


Gráfico 2 – Frequência da idade dos inquiridos

*Questão n.º 2: Qual é o seu nível de escolaridade?*

Ao compilar os resultados desta pergunta, observámos que 166 dos inquiridos não responderam a esta questão, pelo que não foram considerados nesta análise. Provavelmente estes inquiridos não possuíam nenhum nível de escolaridade. As respostas dos restantes inquiridos poderão ser observadas no gráfico 3.

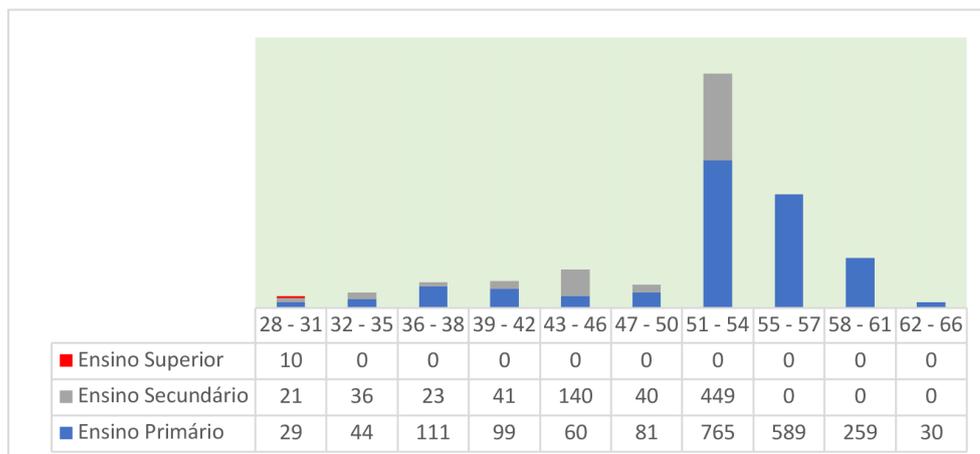


Gráfico 3 – Escolaridade em função da Idade

Podemos observar que a partir dos 55 anos, os entrevistados apenas possuem o Ensino Primário. Na faixa etária entre os 47-50 anos existem menos militares desmobilizados

comparando com os grupos contíguos (respetivamente entre os 43-46 e os 51-54 anos), não possuímos informação para interpretar estes dados. Entre os 43-46 anos podemos observar um aumento na frequência do Ensino Secundário e apenas na faixa entre os 28-31 anos, encontramos 10 entrevistados que possuem frequência no Ensino Superior. Sabemos também que a maioria dos entrevistados (2067) possuem Ensino Primário com uma média de idades de 51 anos (ver Tabela 2). A assimetria é negativa, existindo assim uma maior frequência no lado esquerdo da média (ver Tabela 2), pelo que podemos afirmar que quanto mais velhos são os inquiridos menos nível de Ensino possuem.

Estatística Descritiva Ensino Primário			Estatística Descritiva Ensino Secundário			Estatística Descritiva Ensino Superior		
Nivel_01	Resumo	Idade	Nivel_02	Resumo	Idade	Nivel_03	Resumo	Idade
Primária	n	2067	Secundária	n	750	Superior	n	10
	Média	51,005		Média	46,185		Média	28
	D.P.	7,866		D.P.	6,785		D.P.	0,000
	E.P.	0,173		E.P.	0,248		E.P.	0,000
	C.V.	15,422		C.V.	14,692		C.V.	0,000
	Min	28		Min	28		Min	28
	Máx	66		Máx	52		Máx	28
	Mediana	52		Mediana	50		Mediana	28
	Assimetria	-0,913		Assimetria	-1,314		Assimetria	-1E+30
	Dados em falta	0		Dados em falta	0		Dados em falta	0
Sem Educação	n	926	Sem Educação	n	2243	Sem Educação	n	2983
	Média	54,868		Média	54,211		Média	52,281
	D.P.	6,705		D.P.	6,949		D.P.	7,619
	E.P.	0,220		E.P.	0,147		E.P.	0,139
	C.V.	12,219		C.V.	12,819		C.V.	14,572
	Min	31		Min	31		Min	29
	Máx	66		Máx	66		Máx	66
	Mediana	55		Mediana	55		Mediana	54
	Assimetria	-1,006		Assimetria	-1,182		Assimetria	-0,918
	Dados em falta	0		Dados em falta	0		Dados em falta	0

Tabela 2 – Estatística Descritiva - Nível de Ensino em função da Idade

A análise estatística demonstrou que existem diferenças significativas entre o número de inquiridos que frequentaram o Ensino Primário (2067 entrevistados) em relação aos que frequentaram o Ensino Secundário (750 entrevistados).

Existem também diferenças significativas no Ensino Primário entre os grupos com intervalo entre os 28-31 e os 62-66 anos de idade. O mesmo acontece relativamente ao Ensino Secundário com os mesmos grupos.

### Questão n.º 3: Tem acesso à Internet?

Nas respostas a esta questão podemos observar que os grupos de idade entre os 36-38, 43-46, 58-61 e 62-66 anos não possuem acesso a Internet. O grupo que aparece com maior número de acesso a Internet é o grupo entre 51-54 anos, no entanto, observando o gráfico 2 vemos

que o número total de inquiridos que pertencem a este grupo é de 1018, pelo que o número de pessoas com acesso não é assim tão elevado (16,6%).

Também observamos que este grupo só corresponde a 5,65% do total dos inquiridos. O grupo mais jovem, entre os 28-31 anos, é o grupo que possui maior percentagem de acesso a Internet (66,6%) em relação ao número de inquiridos (ver Gráfico 2) com este nível de ensino o que seria expectável (ver gráfico 4).

Salientamos que no global, apenas 9,03% dos entrevistados (270), tem acesso à Internet.

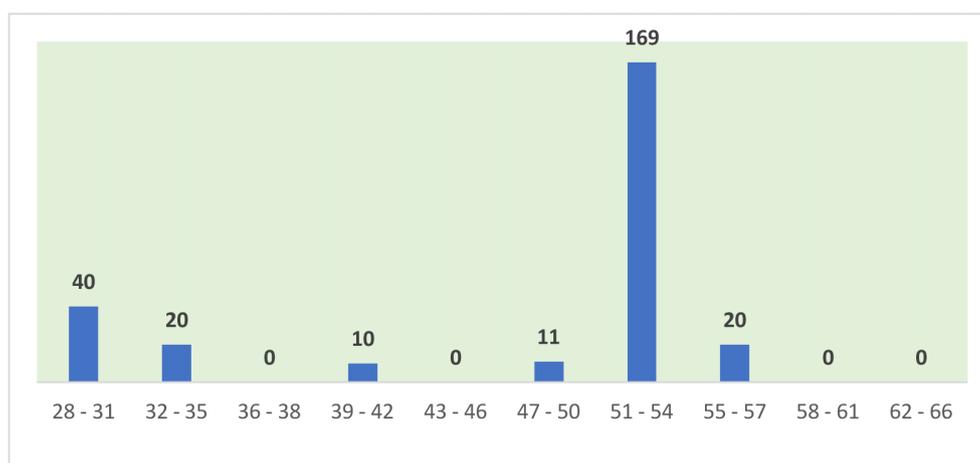


Gráfico 4 – Acesso a Internet em função da Idade

Apenas existem diferenças significativas entre todos os grupos que obtiveram frequência igual a zero (“0”) relativamente ao grupo entre os 51-54 anos (frequência 169) o que era previsível.

*Questão 4: Conhece alguma das seguintes ferramentas digitais: Telemóvel, Computador, Tablet?*

Nas respostas a esta questão podemos observar que nenhum dos inquiridos conhece o Tablet e apenas os grupos etários 28-31, 32-35, 36-38, 39-42, 43-46 e 47-50 conhecem o Computador.

O grupo etário dos 62-66 não conhece nenhuma das ferramentas digitais mencionadas (ver gráfico 5).

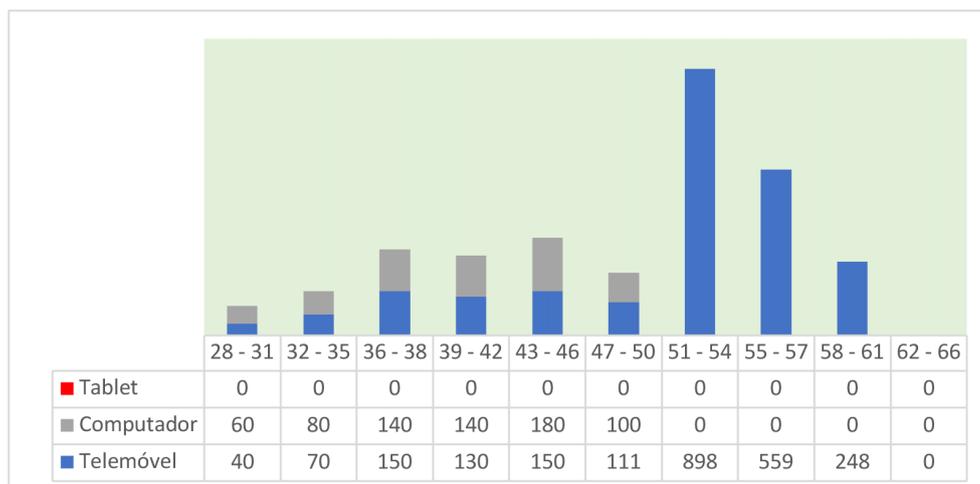


Gráfico 5 – Conhecem Telemóvel/Computador/Tablet em função da Idade

Apenas existem diferenças significativas entre o grupo com idades no intervalo 28-31 anos que conhecem o Telemóvel e o grupo entre os 62-66 anos que não conhecem o Telemóvel. No caso do Computador existem diferenças significativas entre os grupos com frequência igual a zero (grupos entre 51-54, 55-57, 58-61 e 62-66 anos) e os grupos entre os 36-38, 39-42 e 43-46 anos.

*Questão n.º 5: Possui alguma das seguintes ferramentas digitais: Telemóvel, Computador, Tablet?*

Na análise dos dados para esta questão, podemos observar (ver gráfico 6) que nenhum dos inquiridos possuem Tablet e que apenas 10 inquiridos com idades entre os 28-31 anos possuem Computador. Relativamente ao Telemóvel parece-nos razoável que os grupos entre os 28-31, 32-35 e 36-38 anos sejam os que possuem Telemóvel. É de estranhar que os grupos entre os 51-54 e 58-61 possuam Telemóvel, ainda que a percentagem de pessoas com Telemóvel em relação ao número total de inquiridos nesses grupos etários (ver gráfico 2), seja baixa (respetivamente 9,7% e 25%). Salienta-se que no total apenas 375 dos inquiridos possuem Telemóvel o que corresponde ao 12,5% da população total da amostra. Não se verificam diferenças significativas entre os grupos.

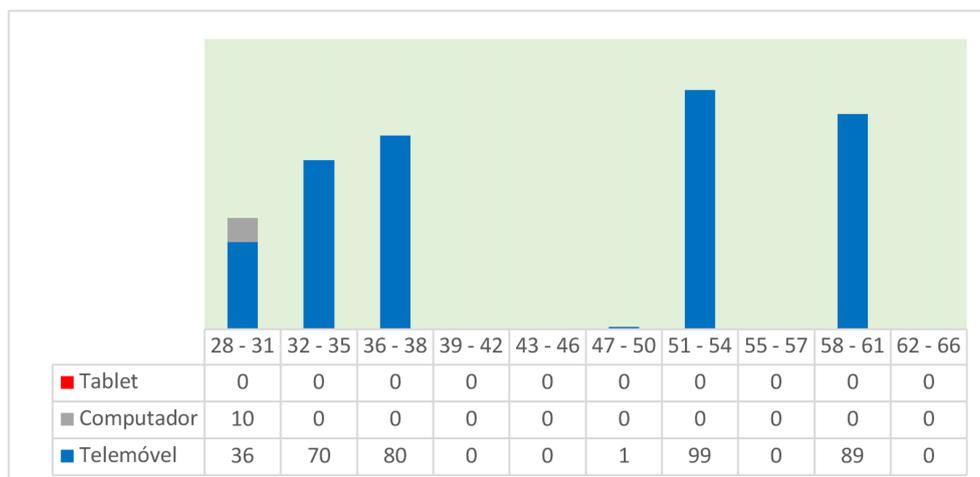


Gráfico 6 – Acesso a Telemóvel/Computador/Tablet em função da Idade

Relativamente às questões seguintes:

- Questão n.º 6: Utiliza alguma das seguintes redes sociais (Facebook, Instagram, Messenger, WhatsApp, Skype, YouTube)? Se não utiliza, indique se conhece ou não
- Questão n.º 7: Utiliza algum Navegador web para procurar informações? (Exemplos: Google Chrome, Internet Explorer, Mozilla Firefox, Safira, entre outros...).
- Questão n.º 8: Produz algum tipo de conteúdo digital simples? (Se não produz, indique se conhece ou não)

Apenas observamos que 10 dos 60 inquiridos pertencentes ao grupo etário entre os 28-31 anos de idade, utilizam e conhecem redes sociais e navegadores web (*Facebook, Instagram, Messenger, WhatsApp, Skype, YouTube*), bem como produzem algum tipo de conteúdo digital simples. De notar que estes correspondem a 0,33% do total da amostra. Não existem diferenças significativas entre os diferentes grupos.

Quanto às questões:

- Questão n.º 9: O uso de Tecnologia Digital é importante para melhorar a comunicação com os seus pares?
- Questão n.º 10: O uso de Tecnologia Digital é importante para seu desenvolvimento profissional?
- Questão n.º 11: O conhecimento em Tecnologia Digital poderá contribuir para sua inserção social?

Todos os inquiridos, embora não possuindo conhecimentos sobre as Tecnologias Digitais, acreditam que o seu uso é importante para a comunicação com os seus pares. De facto, mesmo sem possuírem conhecimentos sobre as Tecnologias Digitais, acreditam e valorizam o seu uso



e consideram ser muito importante para o seu desenvolvimento profissional. Os inquiridos acreditam que estas podem contribuir positivamente para sua inserção social. Todos gostariam que um familiar por eles indicado, tivesse acesso a formação na área das Competências Digitais.

Para finalizar, apresentamos os resultados mais relevantes analisados no inquérito:

- 74,9% dos indivíduos tem idade superior a 51 anos;
- Um total de 69% dos indivíduos tem apenas como formação académica o Ensino Primário;
- Um total de 90,9% dos indivíduos não tem acesso à Internet;
- Apenas 12,5% dos indivíduos tem acesso ao Telemóvel, ninguém conhece o Tablet e só 0,33% tem acesso ao Computador;
- 99,7% dos indivíduos desconhecem redes sociais ((Facebook, Instagram, Messenger, WhatsApp, Skype, YouTube);
- 99,6% dos indivíduos nunca usou um navegador web (Google Chrome, Internet Explorer, Mozilla Firefox, etc.)
- 99,6% dos indivíduos nunca produziu qualquer tipo de conteúdo digital simples (textos, imagens, tabelas, vídeos)
- 100% dos indivíduos acredita que o uso da Tecnologia Digital é importante para a comunicação com os seus pares, assim como para o desenvolvimento profissional e contribui para a sua inserção social
- 100% dos indivíduos propõe algum familiar para que tenha acesso a formação no âmbito das Competências Digitais, com o intuito de colaborar no sustento familiar.

## Conclusões

Toda a guerra é um confronto sujeito a diversos interesses entre grupos distintos de indivíduos mais ou menos organizados que utilizam diferentes armas para tentar derrotar o adversário. A guerra, em si, é o rompimento de um estado de paz que dá origem a um confronto, o que provoca um lamentável e elevado número de mortes, sendo um processo totalmente devastador para qualquer nação e a guerra angolana não foi exceção.

Quando a guerra terminou e a poeira assentou, foi possível verificar o que sobrou. Por esse motivo, percebe-se que na atualidade existe uma grande parte da população completamente desorientada, pobre, necessitada, rejeitada socialmente e com dificuldades em ter trabalho para se sustentar.

O presente estudo foi desenhado para inquirir apenas 2% desta população. É importante salientar que o Inquérito ao ser aplicado foi sentido pelos “Filhos da Guerra” como um instrumento para a sua valorização. Sentiram-se apreciados e reconhecidos pelo seu papel. A explicação e a aplicação deste inquérito aos militares desmobilizados produziram neles um sentimento de importância e de preocupação. Assim, um estudo como este, mais alargado, poderá gerar expectativas positivas para que os indivíduos possam depositar esperanças num mundo melhor, esperanças que estão refletidas nos objetivos da agenda 2030 das Nações Unidas.



Todos os “Filhos da Guerra” da nossa amostra acreditam que o uso das Tecnologias Digitais é importante para a comunicação com os seus pares, assim como para o seu desenvolvimento profissional, o que contribui positivamente para a sua inserção social. Neste sentido, todos os inquiridos propuseram o desenvolvimento de formação na área da Competência Digital, tanto para si próprios como para algum familiar seu, tendo em conta que, em Angola, o emprego na função pública só é admitido até aos 35 anos de idade – razão pela qual os militares desmobilizados sugeriram que uma formação continuada para eles, juntamente com um familiar por este indicado, considerando a diversidade cultural como pilar do desenvolvimento humano e o exercício da Competência Digital como recurso facilitador, poderá contribuir positivamente para a sua reinserção social na vida civil.

Com os dados obtidos e dada a notória ausência de formação académica, ausência no acesso às tecnologias e à internet por parte dos “Filhos da Guerra”, podemos inferir a necessidade de serem feitos investimentos nos seguintes domínios, que deixamos como sugestões:

- Na formação de adultos, pensando em futuras atividades laborais que possam vir a exercer;
- Investimento na criação de redes de Internet que permitam o acesso a informação;
- Possibilitar o acesso a computadores e Tablets;
- Criação de um plano de formação para a utilização das Tecnologias Digitais, sabendo que estas podem potenciar as diferentes áreas do conhecimento e o desenvolvimento humano. A proposta deste tipo de formação surge com o intuito de projetar Angola para o futuro, como nação sustentável e capacitada, além de colaborar no sustento familiar e, por consequência, na economia da nação.

Além de todas estas sugestões, através da interpretação dos resultados deste estudo, pode-se ainda concluir que os militares desmobilizados, lamentavelmente, pouco ou quase nada possuem sobre conhecimentos tecnológicos. De facto, após este estudo sobre as competências digitais desta pequena amostra da população, nos dias de hoje, podemos concluir, reforçando, que seria altamente positivo e emancipador (Freire, 1997, 2018; Habermas, 1974), não só para a população em estudo, mas para a comunidade angolana em geral, promover um trabalho na educação para adultos desenvolvendo a Competência Digital. Segundo Spínola (2009), as Tecnologias Digitais, presentes na vida social e cultural dos cidadãos, devem ser incluídas na educação de modo a atender às novas exigências educativas. Deste modo, pensamos que futuros trabalhos poderão fazer com que os “Filhos da Guerra” tenham a possibilidade de “voltar a sonhar.”

## Referências

- Agostinho, I. (2018). *Angola: formação e democratização do Estado* (Vol. 13). Edizioni Nuova Cultura - Roma. DOI:10.4458/0630 ISBN: 9788833650883
- Agostinho, F. P. (2011). *Guerra em Angola: As heranças da luta de libertação e a guerra civil*. (Marter's thesis, Academia Militar). <http://hdl.handle.net/10400.26/11546>



- Agualusa, J. E. (2004). Guerra e paz em Angola. *Revista Kosmopolis*
- Amado, J. (Org.) (2017). Manual de Investigação qualitativa em educação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Andrade, A. D., & Doolin, B. (2016). Information and Communication Technology and the Social Inclusion of Refugees. *MIS Quarterly*, 40(2), 405-416. <https://dl.acm.org/doi/abs/10.25300/MISQ/2016/40.2.06>
- Balzarini, M. G., González, L., Tablada, M., Casanoves, F., Di Rienzo, J. A., & Robledo, C. W. (2008). Infostat: software estadístico: manual del usuario. *Editorial Brujas. Córdoba, Argentina*
- Bogle, L. L. (Ed.). (2001). *The Cold War: Cold War Culture and Society* (Vol. 5). Taylor & Francis
- Castells, M. (2006). La Sociedad Red: una visión global. Madrid: Alianza Editorial
- Coleman, E., Carter, M., Davison, R. M., Chigona, W., & Urquhart. (2017). Social Inclusion in the AIS Community: What, Why and How? In International Conference on Information Systems: Vol. 4. ICIS 2017 Proceedings (pp. 1-8)
- Comerford, M. G. (2005). *O rosto pacífico de Angola: biografia de um processo da paz (1991-2002)*. Michael G. Comerford
- Coutinho, C. P. (2018). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina. ISBN 978-972-40-5137-6
- Дмитриева, А. (2018). Социальное включение пожилых: продление занятости или «продвинутый» досуг? *The Journal of Social Policy Studies*, 16(1), 37-50. <https://doi.org/10.17586/2541-979X-2017-1-298-307>
- Fernandes, J. e Ntongo, Z. (2002). *Angola: Povos e Línguas*, Luanda: Editorial Nzila
- Ferrari, A. (2012). Digital competence in practice: An analysis of frameworks. doi:10.2791/82116
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Editora Paz e Terra, Brasil. <https://construindoumaprendizado.files.wordpress.com/2012/12/paulo-freire-pedagogia-da-esperanc3a7a-desbloqueado.pdf>
- Freire, P. (2018). *Pedagogia da libertação em Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra
- Grilo, A. (2009). A Geopolítica de Angola. <http://hdl.handle.net/10400.26/11588>
- Habermas, J. (1974). *Theory and Practice*. Livraria do Congresso dos Estados Unidos da América: Beacon Press
- Kissaca, L. K. (2017). *A diplomacia Angolana no quadro das organizações regionais Afri-canas pós-guerra civil: a comissão do Golfo da Guiné e a sua impor-tância geoestratégica na afirmação regional de Angola* (Doctoral dissertation, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas). <http://hdl.handle.net/10400.5/14394>
- Lima, M. (1988). *Os kyaka de Angola*. Instituto de Estudos africanos. Lisboa: Távola Redonda.
- Lucas, M., & Moreira, A. (2017). DigComp 2.1: quadro europeu de competência digital para cidadãos: com oito níveis de proficiência e exemplos de uso. Aveiro: UA. <https://www.erte.dge.mec.pt/sites/default/files/Recursos/Estudos/digcomp2.1.pdf>
- Lucas, M., & Moreira, A. (2018). DigCompEdu: quadro europeu de competência digital para educadores. Aveiro: UA. <http://hdl.handle.net/10773/24983>
- Lucas, Margarida, Moreira, António, & Costa, Nilza. (2017). Quadro europeu de referência para a competência digital: subsídios para a sua compreensão e desenvolvimento. *Observatorio (OBS\*)*, 11(4), 181, lpage=198. Recuperado em 13 de abril de 2020, de [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1646-59542017000400010&lng=pt&lng=es](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-59542017000400010&lng=pt&lng=es)



- Martin, A. (2006). A european framework for digital literacy. *Nordic Journal of Digital Literacy*, 1 (02)
- Meijer, G. (2004). *From Military Peace to Social Justice?: The Angolan Peace Process* (No. 15). Conciliation Resources
- Meijer, G., & Birmingham, D. (2004). O passado e o presente de Angola. In G. Meijer (Ed.), *Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano* (pp. 10-15)
- Ngaba, A. V. (2012). *Políticas educativas em Angola (1975-2005) – Entre o global e o local: o sistema educativo mundial*. Mbanza-Kongo: SEDIECA
- Paredes, M. I. B. F. (2015). *Mulheres na luta armada em Angola: Memória, cultura e emancipação*. <http://hdl.handle.net/10071/8662>
- Patrício, M. R., & Osório, A. (2016). *Competência Digital: conhecer para estimular o ensino e a aprendizagem*. Instituto Politécnico de Bragança, 175-189. <http://hdl.handle.net/10198/13135>
- Pires, A. M. (2017). Os regimes democráticos e a separação de poderes. *SAPIENTIAE*, 1(1), 3-11. <http://publicacoes.uor.ed.ao/index.php/sapientiae/article/view/1>
- Ponte, J. P. (2001) *Tecnologias de informação e comunicação na educação e na formação de professores: Que desafios para a comunidade educativa?* In A. Estrela & J. Ferreira (Eds.), *Tecnologias em educação: Estudos e investigações*. Actas do X Colóquio da AFIRSE (pp. 89-108). Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências
- Redinha, J. (1962). *Distribuição Étnica de Angola*. Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola
- Silva, R. M. C. S. B. (2013). *A importância da educação na manutenção da paz e reconstrução de Angola* (Doctoral dissertation). <http://hdl.handle.net/11144/296>
- Spiegel, M. R. (2009). *Estadística*. McGraw-Hill.
- Spínola, T. (2009). *A utilização do quadro interactivo multimédia em contexto de ensino e aprendizagem. Impacte do projecto “O Quadro interactivo multimédia na RAM”* (Marter's thesis, Universidade de Aveiro). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/1399>
- Tiburcio, J. A. P. (2009). *Paz e guerra em Angola: um estudo exploratório*. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4129>
- Turcato, J. C., Sausen, J. D. F. C. L., Bartz, C. R. F., & Baggio, D. K. (2019). CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA NO DOMÍNIO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: PESQUISAS DE CUNHO INTERPRETATIVO. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 17(1). <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v17i1.5072>
- UNESCO (2016). *Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all*. [http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/education-2030-incheon-framework-for-action-implementation-of-sdg4-2016-en\\_2.pdf](http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/education-2030-incheon-framework-for-action-implementation-of-sdg4-2016-en_2.pdf)
- UNESCO (2018). *Unesco y los objetivos del desarrollo sostenible*. <https://es.unesco.org/sdgs>
- Wallace, C., Vincent, K., Luguzan, C., Townsend, L., & Beel, D. (2017). Information technology and social cohesion: A tale of two villages. *Journal of Rural Studies*, 54, 426-434. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.06.005>
- Yin, S. (2018). Alternative forms of media, ICTs, and underprivileged groups in China. *Media, Culture & Society*, 40(8), 1221-1236. <https://doi.org/10.1177%2F0163443718754653>
- Zau, F. (2002). *Angola: Trilhos para o desenvolvimento*. Universidade Aberta.
- Zau, F. (2009a). *Educação em Angola. Novos Trilhos para o Desenvolvimento*. Luanda: Movilivros; [http://www.adelinotorres.info/teses/filipe\\_zau\\_educacao\\_em\\_angola.pdf](http://www.adelinotorres.info/teses/filipe_zau_educacao_em_angola.pdf)

